

Turismo Rural: Lazer, com Volta do Respeito às Origens, e Conservação da Vida Urbana

ODO PRIMAVESI

Introdução

As primeiras viagens turísticas planejadas e organizadas, tal como as conhecemos hoje, surgiram com o inglês Tomas Cook. Considerado o “pai” do turismo moderno, esse pregador batista começou a organizar, na década de 1840, viagens para levar seus fiéis de trem pelo interior da Inglaterra. Conseguiu grande sucesso com a sua “mensagem”, levando os fiéis, em plena Revolução Industrial, a um contato mais próximo com a natureza e à revalorização de sentimentos como a tolerância e o companheirismo. Essa cruzada moralizadora acabou, ainda que involuntariamente, por estabelecer os princípios fundamentais das viagens organizadas, introduzindo conceitos como o de pacote turístico e o cooperativismo entre hotéis, agências de viagens, transportadores e restaurantes. Progressivamente, a atividade se profissionalizou e, hoje, o turismo se norteia pelo chamado “Princípio dos Cinco Cês”: cama, caminho, comida, compras e carinho. Marcado pela profusão de formas alternativas, o turismo contemporâneo está cada vez mais associado ao ambientalismo – estimulando, inclusive, a revitalização de áreas decadentes ou estagnadas, como ocorre com o ecoturismo e o turismo rural (Unesp, 2004).

Acordar com o canto da passarada, beber leite ao pé da vaca, cavalgar na mata atlântica ou pela praia, tomar banho de rio, pescar, plantar ou, ainda, conhecer o processo produtivo de uma fazenda são algumas das possibilidades de lazer oferecidas por fazendas que desenvolvem o turismo rural. A hospitalidade também está presente nesse ambiente bucólico, onde os fazendeiros e suas famílias recebem seus hóspedes como amigos queridos para passar o dia, no estilo *day use*, ou para hospedagem completa, oferecendo os mais diversos atrativos, a depender da época e de onde a fazenda se localiza. Passar as férias, um final de semana ou mesmo um dia em uma dessas fazendas pode significar o reencontro com a paz, a tranquilidade e a beleza que a natureza proporciona aos turistas da melhor idade; a troca de energia para adultos; a adrenalina para os jovens; e a descoberta para o público infantil, que, muitas vezes, vê aí pela primeira vez, ao vivo e em cores, uma vaca, um cavalo, uma galinha. Com o objetivo de incentivar o turismo em fazendas produtivas de todo o Estado, a Secretaria da Cultura e Turismo, através da Bahiatursa, criou, em 1998, o Programa de Turismo

Rural da Bahia, que tem a finalidade de estimular proprietários rurais a trabalhar o turismo como uma nova fonte de renda para suas fazendas. A idéia do Programa é integrar lazer e aprendizado, utilizar de forma sustentável os recursos naturais, divulgar as manifestações artísticas e culturais e a culinária regional, gerar empregos e renda e contribuir para fixar o homem no campo (Bahia, 2004).

O espaço rural constitui a soma dos ambientes naturais e agrícolas, com suas pastagens e lavouras, bem como os ambientes urbanizados ocorrentes nos estabelecimentos agrícolas, ou como atividades independentes do Novo Rural. Também podem estar localizadas ali atividades como mineração e formação de reservatórios superficiais de água, como os açudes ou represas. Os estabelecimentos agrícolas podem integrar ambientes naturais, agrícolas e urbanizados por meio da rede de drenagem e dos corpos de água, no âmbito das bacias hidrográficas.

No Brasil, segundo Zimmermann (2004a), o turismo rural (TR) foi uma atividade iniciada em 1983 na região de Lages, SC, atual Capital Nacional do Turismo Rural, com a finalidade de criar uma nova fonte de geração de renda para o município e para os estabelecimentos rurais com potencialidades em riquezas naturais do espaço geográfico, diversidade cultural, hospitalidade, clima, ar puro, atividades com produção de alimentos, infra-estrutura, culinária diferente ou diversificada, lazer, segurança, facilidades de acesso e outros.

Além de uma fonte de renda alternativa para o estabelecimento rural, poderá constituir uma atividade estratégica, para a preservação e a recuperação ambiental do espaço rural; garantir a manutenção das atividades agrícolas tradicionais e a conseqüente manutenção da família rural no campo; e formular um novo conceito de produção, com o conseqüente incremento de receita, para o espaço rural (Zimmermann, 2004b).

Após uma série de estudos e estabelecimento de projetos piloto e de parcerias entre diferentes segmentos representativos da comunidade, conseguiu-se transformar insumos em produtos turísticos. Descobriu-se em cada nova propriedade rural novos componentes para a criação do produto turístico, criando-se inclusive uma série de tipologias de turismo rural. A diversidade cultural do anfitrião, a dinâmica da produção rural no país e a riqueza dos recursos naturais que integram o espaço rural brasileiro é que deram ao turismo rural no Brasil um modelo próprio. De acordo com Zimmermann (2004a):

O turismo rural no Brasil é como um mosaico, cuja expressão cênica está diretamente ligada aos insumos e recursos disponíveis, à sensibilidade e à criatividade de quem o implementa.

Conceituação do Turismo Rural

Considera-se que turismo é uma atividade sócio-econômica que envolve deslocamentos pelos mais diversos motivos, onde o turista permanece por um período superior a 24 horas, realiza gastos no local visitado e não exerce atividade remunerada, movimentando uma grande cadeia produtiva, adquirindo e aprendendo os costumes e tradições da população local, além de haver grande segmentação para diferentes motivações voluntárias (Costa, 2005a).

“Turismo rural”, “agroturismo”, “turismo verde”... Estes termos abrangem, de fato, diversas realidades que dão lugar a conceitos diferentes, sobre os quais são freqüentes as divergências entre autores. Com poucas exceções, a literatura existente sobre a questão, incluindo a da Comunidade Européia, pode ser classificada em duas tendências:

1. O critério de distinção utilizado é a porcentagem de rendimentos do turismo que beneficia a própria comunidade rural. Nesta perspectiva, faz-se distinção entre turismo em espaço rural, turismo rural e agroturismo (integrando-se cada uma dessas categorias naquela que a precede, da terceira à primeira, como círculos concêntricos), consoante à porcentagem de rendimentos que reverte para o conjunto da população local ou, no terceiro caso, para os agricultores em particular.
2. A distinção baseia-se nos diferentes elementos constitutivos da oferta. Falar-se-á de turismo rural quando a cultura rural for um componente importante da oferta; segundo a atividade específica que fundamenta em primeiro lugar essa oferta, falar-se-á de agroturismo, de turismo verde, gastronômico, eqüestre, náutico, cinegético, histórico-cultural, etc.

No outro extremo, as atividades turísticas baseadas em complexos residenciais, grandes hotéis, campos de golfe ou pistas de esqui dificilmente podem ser integradas no conceito de turismo rural. O que distingue efetivamente a oferta turística no turismo rural é a preocupação de permitir ao visitante contato personalizado, inserção no meio rural físico e humano, bem como, na medida do possível, participação nas atividades, costumes e modos de vida dos habitantes. A dimensão cultural e pedagógica dessa forma de atividade turística é muito apreciada; os estudos efetuados sobre o assunto mostram que a grande maioria dos adeptos do turismo rural, oriundos principalmente das classes médias e superiores, tem grande apreço pelos valores e identidade cultural locais (Europa, 2005).

No espaço rural encontram-se ambientes naturais primários e clímax (ecoturismo ou turismo verde) e agrícolas (agroturismo), com atividades em

lavouras e pastagens. Numa propriedade agrícola podem ocorrer ambientes naturais, agrícolas e urbanizados, com suas sedes, colônias, confinamentos de animais, armazéns, agroindústria e outros, sem considerar atividades do chamado Novo Rural.

Segundo Zimmermann (2004a), turismo rural é uma atividade econômica que constitui um segmento do turismo desenvolvido em áreas rurais produtivas, relacionado com o alojamento na sede da propriedade (adaptada) ou em edificações apropriadas (pousada) nas quais o turista participa das diferentes atividades agropecuárias desenvolvidas nesse espaço, quer como lazer ou aprendizado. Deve ser incluída nessa modalidade a oferta de produtos naturais de origem local ou regional, assim como a gastronomia típica e o conhecimento da cultura local.

O turismo rural é abrangente, pois apresenta muitos pontos em comum com atividades ocorrentes no mesmo espaço, como o turismo ecológico ou verde, o turismo cultural, o turismo de aventura, o turismo esportivo e outros de forma independente ou complementar que, quando ocorrem numa mesma propriedade, atingem a concepção plena do turismo rural (Zimmermann, 2004b), expressando o caráter multifuncional do ambiente rural: serviços ambientais, produção, lazer, saúde educacional, cultural e suporte logístico. Segundo Jesus (2005, citando Pimentel), o aumento da procura pelo segmento do turismo rural está relacionado com o imaginário coletivo do campo como local de relaxamento e de recuperação física e espiritual. Na prática desse tipo de turismo, as pessoas visualizam as possibilidades, complementares entre si, de contemplação da natureza e de intervenção corporal com o meio. As pessoas vêm buscando lugares onde é possível ter acesso à natureza sem deixar de lado as facilidades básicas de alimentação, repouso e transportes.

Uma das atividades de turismo no meio rural é o agroturismo, que, segundo Silva et al. (1998), refere-se a:

atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc.) a partir do "tempo livre" das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa.

São muitas as possibilidades para o agroturismo, destacando-se as seguintes: processamento caseiro de alimentos; restaurante de comidas típicas; lanchonete; pousada; venda direta ao consumidor; colheita no pomar; visita às atividades de produção agropecuária (ordenha, plantio, colheita, tratamentos culturais, viveiros

de mudas, horta, sistemas de produção sem agrotóxicos, sistemas florestais, criações de animais exóticos); visita às unidades de processamento de alimentos *in natura* (sucos, conservas, queijos, embutidos, etc.); visita a artesãos, oficinas e cooperativas; cursos/aulas de culinária (pães, bolos, roscas, etc.); atividades de lazer (passeios de barco, passeios a cavalo, passeios de trator, de carreta, de charrete, de trenzinho, de carro de boi, *playground*, pesque-pague); artesanato; fazendas-escola; apiário; rodas d'água; destilaria; zoológico; arquitetura típica; e capelas e museus. Ressalte-se que, embora essas atividades sejam relacionadas ao turismo, muitas delas envolvem atividades agroindustriais e de serviços que podem inclusive gerar ocupação para pessoas externas à propriedade, aumentando o nível de emprego rural (Campanhola, 1999).

O turismo no espaço rural, que tem sempre presente o desenvolvimento rural, é uma mais valia para a região e para o país. O turismo rural tem de continuar a ser valorizado, mas é igualmente importante dar um novo impulso que possa complementar outras atividades com potencial no país, como o são os produtos regionais e o patrimônio cultural, ambiental e paisagístico (Mendes, 2005). O agroturismo deve remeter-se à animação turística, utilizando as dependências e as explorações agrícolas, tornando as propriedades atraentes pelas suas atividades lúdicas. Mas também deve ser o motor de reanimação da agricultura, dinamizando o mundo rural, relançando os ciclos, por exemplo, do azeite, do linho, do vinho e de outros de relevo. Aproveita-se para recuperar antigas técnicas, inovando-as, fazendo não só o marketing desses produtos mas também sua própria organização, fomentando marcas e a certificação de qualidade (Calheiros, 2005).

Outra categoria turística em grande expansão no meio ou espaço rural é o ecoturismo ou turismo verde, que compreende atividades esportivas (esportes náuticos, escaladas, praias fluviais, trilhas para caminhadas ou ecológicas); contemplação de paisagens (florestas, cachoeiras, montanhas, grutas, cavernas, vales, rochedos, áreas degradadas em recuperação); observação da flora e fauna; banhos em piscinas naturais; *camping* rural; atividades pedagógicas; caça; e pesca amadora, com oferta de marinas e barcos (Campanhola, 1999). O ecoturismo pode estar incluído no conceito de agroturismo, desde que seja praticado no interior de uma propriedade agrícola produtiva. Há, como no caso das outras modalidades de turismo, vários conceitos de ecoturismo, mas aquele que em nosso entender resume melhor as suas peculiaridades é o de Ceballos-Lascurain (citado por Pires, 1998):

realização de uma viagem a áreas naturais que se encontram relativamente sem distúrbios ou contaminação, com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar

a paisagem juntamente com suas plantas e animais silvestres, assim como qualquer manifestação cultural (passada ou presente) que ocorra nestas áreas.

Essas possibilidades constituem oportunidades de agregação de renda para os pequenos agricultores e suas famílias, que podem explorar “nichos” locais de mercado, incorporando e valorizando, na oferta de produtos, bens e serviços, sua cultura, seus valores, suas crenças e suas tradições. Nesse sentido, surgem também as atividades agropecuárias não-convencionais, antes representadas por *hobbies* ou atividades de capricho pessoal, que adquirem escala suficiente para ocupar “nichos” de mercado direcionados a uma faixa da população com maior renda, como é o caso da criação de aves nobres (faisão, ganso, codorna, perdiz, avestruz) e outros animais (rã, camarão de água doce, capivara, jacaré-de-papo-amarelo, javali, “scargot”), produção de ervas medicinais e de hortaliças e grãos orgânicos, floricultura e produção de mudas de plantas ornamentais e produção de polpas e sucos de frutas congelados, para citar alguns exemplos (Campanhola, 1999).

O turismo ecológico, ecoturismo ou turismo de natureza tem por principal elemento a contemplação e o contato com a natureza: praias, dunas, montanhas, cavernas, etc. Não que esse subsistema seja mais importante que os demais, mas o mundo inteiro está preocupado com a ecologia, que, afinal, tem garantido a permanência da espécie humana. Ao lado da crescente “preocupação” com os recursos naturais do planeta vemos também, pelo lado econômico, o potencial desses recursos. Também verifica-se, pelo lado psicológico e social, a necessidade que o ser humano sente de fugir das grandes cidades. Fugir para lugares onde ele encontre paz ao lado de belas paisagens e de intensa contemplação da natureza, o que o fará esquecer o seu ambiente de origem: a cidade (Costa, 2005c). O ecoturismo procura explorar a estrutura ambiental, como a paisagem, os recursos naturais, a biodiversidade de flora e fauna, promovendo a integração dos visitantes com o ambiente natural e o urbanizado, ou humano, como cita Zimmermann (2004b). Há excelente oportunidade, ainda não explorada por se inserir talvez no turismo educacional, em utilizar essa estrutura ambiental para demonstrar a função do ambiente natural, expressada pelos serviços ambientais oferecidos pela interação dos recursos naturais (água, solo e temperatura) e a biodiversidade, vitais para a vida humana tanto no ambiente rural como no urbano. Serviços ambientais como (Primavesi e Primavesi, 2003): 1) o ciclo longo da água, em contraste com o ciclo curto na cidade e na atividade agrícola predadora com solo impermeabilizado; a produção de água, armazenada no solo permeável, formando o lençol freático, e liberada lentamente pelas nascentes, e sua vazão ao longo do ano, ou acessada por meio de poços, 2) a teia alimentar complexa, fonte de alimentos, fibras, medicamentos e outros, 3) a formação e proteção

tripla do solo pela flora (copas, serapilheira, raízes); para garantir o ciclo longo da água, 4) a regulação da temperatura ambiente, 5) a decomposição ou reciclagem dos restos vegetais, 6) a disponibilização de predadores para controlar as populações de pragas das culturas agrícolas, 7) o refúgio de polinizadores e outros e 8) a importância estratégica da saúde do ambiente agrícola para a sobrevivência do ambiente natural e do urbano.

No turismo cultural, procura-se destacar os costumes e os recursos artísticos, históricos, arqueológicos e arquitetônicos, com a finalidade de preservação da memória visual remanescente no desenvolvimento de uma região ou nação. Por exemplo, atrativos arquitetônicos de diferentes épocas, sítios de ocorrências de fatos históricos, ou de eventos culturais, relacionados a danças e cantigas, folclore regional, festejos religiosos, pegadas de dinossauros no sertão da Paraíba, entre outros.

O turismo de aventura, geralmente ecoturismo, procura explorar sensações de descoberta e emoção, utilizando espaços pouco explorados ou conhecidos turisticamente, ao praticar esportes (mergulho, *rafting* e outros) na visitaçao de algum aspecto ambiental especial, como mergulho no Pantanal, *rafting* de acesso a alguma cacheira, ou na procura de algum representante estrutural mais raro da fauna ou da flora. Jesus (2005) discute as práticas de Atividades Físicas de Aventura na Natureza (AFAN) como uma nova forma de ócio ativo, característico da sociedade pós-moderna, a qual está estruturada a partir do paradigma ecológico, da tendência de demanda crescente pelo turismo ativo e do caráter individualista da nossa sociedade atual. Para o autor, a teoria do tempo livre e do ócio, desenvolvida pelos neomarxistas franceses na década de 1970, em que “o ócio adquiriu caráter liberalizante, hedonista, desinteressado e pessoal”, está se reestruturando na sociedade pós-moderna, com eixo social deixando de ser o trabalho para ser o ócio, que ganha status de bem de primeira necessidade, transformando o estilo de vida do *homo ociosus*. “A própria estrutura do ócio se transformou, passando de férias de verão uma vez por ano para diversos períodos de férias mais curtos distribuídos ao longo do ano, além dos finais de semana e do tempo diário dedicado ao ócio” (Jesus, 2005). Nesse contexto, surgem novas demandas por novas satisfações e produtos diferenciados, em que se enquadram as AFAN, que invadiram a Espanha a partir da década de 1980.

Sobre o turismo esportivo, que tem muitos pontos em comum com o turismo de aventura, Zimmermann (2004b) cita que a essência seria toda atividade esportiva em que as sensações de risco (“muita adrenalina”) estão presentes, como vela, *windsurf*, tiro com arco, canoagem, *mountain bike*, *rafting*, balonismo, esqui, *rapel*, pesca esportiva, caça (quando permitida), hipismo e outras. Essas

atividades podem assumir emoções diferentes de acordo com características de relevo (geomorfológicas), de diversidade de flora, dos equipamentos e treinamento e da índole dos monitores ou guias.

Turismo de lazer, ou descanso (“pouca adrenalina”), muitas vezes pode estar relacionado com recuperação da saúde, embora no entorno possa haver atividades de “alta adrenalina”, sem ser necessariamente no aspecto esportivo (próximo a centro urbano). Ele explora a paisagem, as condições climáticas, a qualidade do ar ou da água, alguma atividade esportiva mais suave, incluindo componentes da fauna, como a equoterapia e outros.

Turismo educacional, científico, de estudos, tecnológico ou ambiental e agrônômico pode ser de curta duração, porém, visitando um ou vários estabelecimentos rurais. Seria a visita de aprendizagem de grupos de estudantes, agricultores ou técnicos a estabelecimentos rurais para reciclagem de conhecimento ou mesmo para analisar a viabilidade econômica de alguma nova técnica ou conjunto de práticas agrícolas, no aspecto tecnológico, ambiental, social, econômico ou o conjunto de todas, visando à sustentabilidade da atividade agrícola de origem do visitante. Pode envolver atividades que mostram o ciclo de vida de animais, como de borboletas e aves, que ocorrem num ambiente rural. Nos de longa duração pode-se citar o caso de treinamento prático de estudantes em lides agrícolas genéricas ou específicas. O turismo científico envolve os turistas em atividades de pesquisa científica no ambiente natural ou agrícola, atuando como voluntários pagantes.

Elementos para Formação da Demanda por Produtos Turísticos

Segundo Costa (2005b), vários elementos são necessários para a formação da demanda turística. Porém, sem três deles torna-se quase impossível realizar viagens com fins turísticos. São eles:

- Renda
- Motivação
- Tempo livre

Além desses, também devemos levar em conta que deve haver um produto a ser vendido ao turista, já que sem este ele não viajará.

Elementos Que Influem na Aquisição do Produto Turístico

Segundo Costa (2005b), são vários os elementos que influenciam a escolha de determinado produto turístico, sendo os mais importantes:

- O preço.
- A distância até o centro receptor.
- O tipo de transporte.
- “Marketing”.
- Desejo e necessidade de evasão.
- Busca de descanso ou desafios emocionais.
- Lei da substituição.
- Qualidade dos serviços oferecidos.

Antes de pensar em receber turistas, o proprietário de um empreendimento deve analisar alguns fatores (Costa, 2005c) que fazem a diferença na hora de entrar no competitivo mercado turístico. Um deles, talvez o principal, é o potencial da propriedade. Ela deve ter atrativos para o lazer e entretenimento dos visitantes. Imagine-se, por exemplo, uma fazenda sem vacas, árvores frutíferas, animais silvestres, comidas típicas, entre outros diferenciais. Esta propriedade não terá condições de atender à expectativa de consumo de nenhum turista, resultando em sua falência. Outro fator de grande importância é a localização. A propriedade deve ter fácil acesso para que a viagem não se transforme em um problema. O acesso, aliás, é um dos principais elementos que dificultam a implantação do turismo rural, já que ele ocorre basicamente em cidades interioranas que não possuem estradas em bom estado para o trânsito rodoviário. A infra-estrutura também não pode deixar de ser mencionada. O fato de que os insumos do turismo rural já se encontram naturalmente na propriedade não é motivo para que não se invista na melhora do atendimento ao turista, uma vez que o turista procura viver o ambiente rural com tranquilidade e conforto e não nas mesmas condições em que se encontram indivíduos de baixa renda no campo. Outro fator para a viabilização do turismo rural é o espírito empreendedor do proprietário que nele investe. Ele deve mostrar aos turistas que eles estão em um ambiente familiar que valoriza seus costumes, que eles estão em casa (mesmo que “estar em casa” não se enquadre nas expectativas do turista, já que ele viaja para sair de casa).

Elementos da Oferta do Produto Turístico

1. Atrativos turísticos

Comidas típicas, hospedagem, acesso, atividades de produção dentro da propriedade, clima, artesanato, cultura, etc.

2. Equipamentos e serviços

São constituídos por serviços básicos e complementares e equipamentos que constituem a oferta turística. Por exemplo:

Agenciamento.

Meios de hospedagem.

Transportes específicos.

Entretenimentos.

3. Infra-estrutura

É constituída por serviços e instalações que atendam às necessidades básicas e complementares dos turistas no centro receptor. Por exemplo:

- Sistema de segurança.
- Sistema de transporte coletivo.
- Saneamento básico.
- Sistema de saúde.
- Sistema de informações turísticas.

Produto Turístico

Segundo Costa (2005b), após analisar a demanda, o mercado e a oferta, o resultado final de um planejamento é o produto turístico. É um composto de bens e serviços diversificados e essencialmente relacionados entre si, tanto em razão de sua integração com vistas ao atendimento da demanda quanto pelo fato de unir os setores primário, secundário e terciário de produção econômica. Ou seja, produto turístico é a união dos elementos da oferta, com planejamento, de modo a atender às expectativas da demanda.

Para a formação desse produto é necessária a união dos seguintes elementos:

- Organização dos elementos da oferta (bens, serviços e atrativos).
- Produção de novos bens e serviços na localidade receptora e emissora.
- Criação de capital para que ele se viabilize.
- Reprodução do capital investido aos investidores e à comunidade local.
- Criação de impostos e contribuições.
- Criação de consciência de preservação dos atrativos.

Promoção do Produto Turístico

Os planos de promoção ajustam o produto às exigências do potencial turístico. Deve ser elaborado um plano de ação que tenha em conta a colaboração com a Comunicação Social, dando apoio à produção e publicação de notícias, publi-reportagens e separatas sobre produtos turísticos no espaço rural. Para isso terão de ser elaborados vários comunicados à imprensa, *newsletters*, visitas de unidades do turismo no espaço rural e apoio aos planos de marketing dos operadores para aproximar seus produtos do potencial cliente (Torres, 2005).

Gerenciamento de Empreendimentos de Turismo Rural

Organização e supervisão de áreas.

Recursos humanos.

Tipos de passeios.

Equipamentos.

Educação ambiental.

Material informativo.

Apoio à pesquisa.

Segurança.

Avaliação da hospedagem pelo visitante.

Situação do Turismo Rural

Segundo enquête da Embratur (1997, citado por Campanhola, 1999), o turismo rural é mais freqüentemente citado nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, estando presente em 34% e 31% dos 519 e 148 municípios que responderam aos questionários nessas regiões, respectivamente. O ecoturismo, por sua vez, apresenta importância semelhante ao turismo rural nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, sendo que na região Norte ele é mais freqüente que o último.

Além do ecoturismo, outras modalidades de turismo que ocorrem estritamente no meio rural – turismo de aventura e turismo de pesca – foram registradas em muitos municípios. Outras categorias, como o turismo desportivo, gastronômico, cultural e de saúde, também podem ser desenvolvidas no meio rural. Portanto, se todas essas categorias forem tratadas em conjunto, a oferta de turismo no meio rural pelos municípios brasileiros adquire maior relevância ainda.

Entre os atrativos naturais assinalados nos questionários, destacam-se aqueles relacionados com os recursos hídricos, como os rios, quedas d'água, lagos e lagoas. As possibilidades turísticas oferecidas pelos rios foram as mais freqüentes, ocorrendo

em 75% a 95% dos municípios de todas as regiões geográficas que responderam ao questionário. A presença de quedas d'água foi registrada em cerca de 2/3 dos municípios das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, enquanto lagos e lagoas oferecem perspectivas para 41% a 69% das cidades de todas as regiões. O fato de essas atividades dependerem diretamente dos recursos hídricos reforça a necessidade de se estabelecerem políticas locais para a preservação da sua qualidade, envolvendo tanto o controle ambiental das atividades produtivas como tratamento de esgoto, educação ambiental e conservação e recuperação das matas ciliares.

Além dessas atividades, destacam-se outras relacionadas com a disponibilidade de áreas de caça/pesca, de grutas/cavernas e de mangues/manguezais. As áreas de caça e pesca estão presentes em 47% a 69% dos municípios por região, com destaque para a região Norte, onde elas ocorreram em 127 localidades de um total de 184; as grutas e cavernas, em 30% a 57% dos municípios, com destaque para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; e os mangues e manguezais, em 30% a 45% dos municípios, destacando-se as regiões Sul, Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Embora essas possibilidades tenham sido identificadas, muito pouco tem sido feito no Brasil no sentido de definir uma política específica de turismo para o meio rural. Portanto, como em muitos países desenvolvidos, também aqui muitos dos componentes e características do meio ambiente e da cultura rural que apresentavam apenas valor de existência e valor de uso passaram a ter valor de troca, ou de mercado. Desse modo, ampliam-se as possibilidades de renda para as famílias agrícolas rurais, que podem agregar valor à produção agrícola tanto por meio de atividades a ela associadas – como o processamento artesanal ou industrial – como por meio daquelas vinculadas à exploração dos atrativos naturais e culturais do meio rural.

Possíveis Benefícios do Turismo Rural

Zimmermann (1996) informa que o turismo rural, nas propriedades que seguiram orientação técnica, tem trazido na prática sensíveis melhoras ao ambiente, tais como:

- Adotaram fossas sanitárias.
- Realizam coleta de lixo.
- Sensível redução do uso de agrotóxicos.
- Uso de adubo orgânico.
- Reflorestamento.
- Plantio de árvores frutíferas.

Dessa forma (Costa, 2005c), parece que pode ser baixo o impacto negativo do turismo rural sob o aspecto ambiental e cultural, já que há valorização da cultura local e preocupação com a preservação do ambiente natural, tudo isso associado ao principal objetivo: possível desenvolvimento econômico da localidade. O termo desenvolvimento sustentável não deve ser associado somente ao ambiente natural, mas também ao equilíbrio entre os aspectos ambientais, culturais, econômicos, políticos e sociais, sem o qual podem ocorrer problemas.

Teoricamente (Costa, 2005c), esse equilíbrio depende de alguns fatores, como:

- Conscientização e educação do turista e da comunidade, uma vez que, se a própria comunidade não valoriza a localidade, o turista provavelmente não terá motivos para tal.
- Investimentos do setor privado e, principalmente, do público, já que alguns investimentos, como em estradas, saneamento básico, saúde, entre outros, normalmente são feitos pelo setor público.
- Capacitação profissional dentro da própria comunidade, para que grande parte da mão-de-obra seja da localidade, gerando maior distribuição de renda interna.
- Fortes campanhas de marketing mostrando que a comunidade se preocupa e valoriza os costumes e as tradições locais.

No caso da valorização da cultura local, é de grande importância que a propriedade preparada para hospedar os turistas não contenha muitos apartamentos, para que o turista não pense estar em um grande hotel, em uma grande cidade. A quantidade ideal não deve extrapolar, por exemplo, o número de quartos de uma grande fazenda.

Possíveis Problemas do Turismo Rural

Segundo Campanhola (1999), a maior procura do meio rural para atividades de turismo e lazer poderá trazer problemas de muitas ordens, destacando-se: a) poluição ambiental resultante do barulho dos veículos e do descarte de lixo e esgoto; b) depredação do patrimônio natural – recursos paisagísticos, flora e fauna; c) aumento da criminalidade e do uso de drogas por influência do aumento do fluxo da população urbana no meio rural; d) degeneração da cultura local devido ao contato com turistas de diferentes origens; e) aumento da demanda por serviços públicos que pode resultar em competição com os serviços oferecidos à comunidade e no aumento do custo de vida; f) aumento do preço das terras devido à especulação imobiliária; e g) abandono das atividades agropecuárias

pelas famílias agrícolas em função da maior atratividade ou do apoio oficial as atividades turísticas praticadas nas propriedades rurais.

Por isso, é importante que o poder público estabeleça, com a participação da comunidade, critérios para o licenciamento da prática dessas atividades no meio rural, tanto no que se relaciona ao meio ambiente como à qualidade dos produtos e serviços oferecidos, além de proporcionar incentivos à recuperação do patrimônio histórico e cultural rural.

Visando ao uso sustentável do ambiente rural brasileiro, propõem-se algumas medidas para amenizar esses possíveis problemas e para aproveitar melhor as oportunidades emergentes do meio rural: a) ordenamento territorial participativo, de modo a incorporar a preocupação com o potencial de danos ambientais das atividades planejadas, envolvendo a comunidade local na tomada de decisão e no acompanhamento e avaliação das ações de implementação; b) estabelecimento de limites para a expansão de bolsões urbanos no meio rural, prática que tem sido rotineiramente adotada por alguns municípios para burlar a legislação ambiental rural; c) oferta de educação básica e profissionalizante, respeitando a cultura rural de cada localidade, de modo a propiciar o melhor aproveitamento das oportunidades de negócio do meio rural, com compromisso com a conservação da qualidade dos recursos naturais; d) estabelecimento de normas ambientais para licenciamento de atividades do turismo no meio rural, respeitando as particularidades locais, contando para isso com a participação da comunidade rural local; e) introdução de medidas de estímulo à constituição de cooperativas e de associações de pequenos produtores rurais que agreguem os interesses referentes às atividades agrícolas e não-agrícolas emergentes do meio rural; e f) revisão da estrutura organizacional pública municipal, assim como dos instrumentos operacionais de gestão do ambiente rural, de modo a conferir integração intersetorial das ações planejadas, pela necessidade de mudança do enfoque de setorial para local.

Jesus (2005, citando Seabra) considera a dificuldade para monitoramento de impactos de visitação e de capacidade de carga ou de suporte turístico e cita o aspecto do "Monitoramento Participativo do Turismo Desejável", que trata de uma proposta em construção, que muda o foco de atenção do turista-consumidor para o da comunidade receptora, por entender ser ela quem deve e pode "responsabilizar-se pelo destino do turismo, pelos impactos e mudanças aceitáveis, pelo turismo e turistas desejáveis". Para isso, aponta as três condições básicas: planejamento e gestão participativa, identificação do turismo desejável e reconhecimento do atrativo turístico como legado cultural, para disciplinar as práticas de recreação e aventuras, respeitando "os limites do ambiente natural e da comunidade receptora", sendo que esses estudos incluem variáveis ambientais,

socio-econômicas e socio-culturais, dado que devem estar coerentes com as premissas do desenvolvimento sustentável.

Aspectos Básicos para o Sucesso

Segundo Zimmermann (2004b), a atividade do turismo rural deve considerar os interesses dos proprietários dos locais-alvo, da comunidade local, do turismo e do ambiente natural, para harmonizar os seguintes aspectos básicos e garantir a sustentabilidade da atividade: culturais/antrópicos, ecológicos e econômicos.

O produto turístico, para agradar ao consumidor do turismo rural, necessita envolver os seguintes itens, quando possível:

- atividade produtiva;
- infra-estrutura produtiva;
- recursos naturais;
- facilidade de acesso;
- recepção;
- convivência;
- qualidade;
- serviços;
- hospedagem;
- restaurante;
- sanitários;
- condições de atendimento em primeiros socorros;
- lazer complementar;
- gastronomia;
- costumes;
- folclore;
- museu/história;
- arquitetura.

Desenvolvimento da Atividade Turística no Espaço Rural

O turismo rural no Brasil é uma atividade emergente. Por um lado temos o produtor, que precisa agregar valor a seus produtos e buscar novas fontes de renda. Por outro, muitos interessados (entidades, instituições e profissionais) em buscar novas alternativas para o campo, entre elas o turismo rural. Tem-se percebido muita informação desencontrada, resultados pontuais que não retratam a realidade da atividade no país, geralmente constituindo modelos importados

de outros países, por exemplo. Portanto, ao se interessar pelo assunto ou promover sua divulgação, deve-se pesquisar sobre o tema, informando-se sobre profissionais e suas experiências, modelos e projetos implantados (Zimmermann, 2004b).

Diagnóstico Preliminar de Viabilidade

Após a apresentação de palestra que mostre os princípios da atividade do turismo rural, os diversos produtores rurais presentes deverão manifestar seu interesse. No entanto, a dúvida quanto à aptidão da propriedade rural para a atividade turística persistirá. Consultor ou agentes promotores devem então visitar a propriedade para fazer diagnóstico de viabilidade turística, definindo as modalidades turísticas que poderão ser desenvolvidas na propriedade rural. Devem ser avaliados, entre outros aspectos:

1. A capacidade de gestão do produtor.
2. A capacidade financeira do interessado para promover as adequações necessárias.
3. A sustentabilidade ambiental.
4. A avaliação mercadológica/localização e de sua viabilidade econômica.

Projeto Piloto

Devem ser visitadas as propriedades da região que têm potencial e/ou interesse na atividade turística para realização de diagnóstico de viabilidade. Por intermédio do parecer técnico é avaliado o potencial da propriedade para o turismo, a capacidade empreendedora do interessado e quais os investimentos financeiros necessários. Dentre as propriedades visitadas são selecionadas as viáveis, em número compatível com a dimensão que se deseja dar ao projeto piloto. É recomendado que se qualifique uma ou mais propriedades para a criação do projeto piloto em nível regional. Essa medida visa oferecer um referencial regional aos futuros empreendimentos, evitando variação muito grande de qualidade nos produtos. A estratégia do projeto piloto, por sua vez, é também ser um termômetro para orientar a aceitação do produto e identificar o momento de expandir a oferta de novas unidades. Por se tratar de atividade ainda recente, não há à disposição do público critérios para avaliação da viabilidade turística para unidades rurais. Particularmente, estão sendo realizados trabalhos de pesquisa nos quais é formulada uma “matriz de avaliação” composta pelos principais insumos/fatores que compõem o produto “turismo rural”, atribuindo a cada elemento peso relativo de representatividade no produto final. Dadas a dinâmica e a versatilidade de composição dos insumos/fatores que integram cada

propriedade, há que se formular um indicador médio que corrija as deficiências e valorize as potencialidades (Zimmermann, 2004b).

Desenvolvimento do Projeto Piloto

Identificadas as propriedades que, segundo avaliação técnica, são detentoras de potencialidade para o turismo (atendem à matriz de insumos/fatores da atividade), deverá ser elaborado o projeto de adequação da propriedade rural para o turismo. É recomendado que o projeto piloto seja elaborado por profissional com experiência prática na atividade. No projeto são abordados temas como filosofia do turismo rural, infra-estrutura de hospedagem, edificações complementares, lazer complementar, infra-estrutura básica, gastronomia, recursos humanos, marketing e outros (Zimmermann, 2004b).

Acompanhamento

A fase seguinte é o acompanhamento do projeto (monitoramento), com a utilização de pesquisas com o consumidor, novas estratégias de mercado e a possível expansão do projeto, e seus respectivos ajustes. Para sintonia perfeita, em cada etapa é recomendado que uma estrutura coordene o processo como um todo, evitando-se o paralelismo de ações e iniciativas isoladas e/ou desordenadas, sob risco de comprometer a idéia, caso seja mal conduzida. É recomendada ainda a contratação de profissionais experientes para orientarem a condução do processo (Zimmermann, 2004b).

Demanda de Empreendedores

A crescente demanda pelo turismo rural dá-se basicamente pela necessidade do produtor rural em buscar novas alternativas de renda. O plano de municipalização do turismo tem contribuído significativamente para busca de conhecimentos sobre o assunto. São inúmeros os prefeitos que, motivados pelo plano, buscam no turismo rural seu primeiro produto turístico. Embora essa demanda seja altamente positiva, a falta de uma política clara e definida por parte das instituições envolvidas direta ou indiretamente no desenvolvimento do turismo e/ou na atividade rural pode constituir fator negativo (Zimmermann, 2004b).

Sugestão de Trabalho em Nível Estadual

As peculiaridades que compõem o produto turismo rural, aliadas à diversificação cultural, morfológica, produtiva e de recursos naturais, faz com que cada região disposta a desenvolver o turismo rural tenha tratamento

diferenciado, razão pela qual se deve desenvolver um termo de referência para cada insumo/fator que compõe o produto turismo rural. Assim sendo, sugere-se criar grupo de trabalho composto por técnicos de entidades envolvidas direta e indiretamente com a atividade rural, com as funções de:

- Promover o zoneamento das áreas e/ou regiões que terão fomento à proposta (desenvolvimento de um termo de referência para a implantação do turismo rural referencial).
- Definir as atribuições dos parceiros.
- Elaborar plano estratégico de promoção e desenvolvimento do turismo rural.
- Preparar multiplicadores.
- Criar mecanismos de fomento.
- Realizar estudos preliminares de viabilidade.
- Estabelecer projetos de adequação das propriedades para a atividade turística às linhas de crédito.
- Realizar estudos de mercado e promoção de marketing.
- Pesquisar melhorias e novas alternativas.

Recomenda-se buscar orientação técnica com profissional experiente para orientar as atividades anteriores.

Diagnóstico da Atividade Turística no Espaço Rural Brasileiro

O projeto piloto de turismo no espaço rural brasileiro foi iniciado em 1986, no município de Lages, SC. Até hoje o processo de expansão da atividade vem se dando por osmose. O segmento do "turismo no espaço rural" no Brasil ainda é desordenado e pouco desenvolvido (Zimmermann, 2004c).

Causas do Lento Desenvolvimento do Turismo Rural

1. Comunidades locais pouco envolvidas. Por quê?

- Turismo rural não é visto como um negócio.
- Desconhecimento do turismo rural e suas abrangências.
- Carência de planos de desenvolvimento turístico municipal.
- Modelo individualista.
- Desvalorização da figura do agricultor.

2. Pessoal pouco capacitado. Por quê?

- Turismo rural é uma atividade emergente no Brasil.
- Pouco comprometimento empresarial.
- Baixa escolaridade dos prestadores de serviços.
- Pesquisas insuficientes/inexistentes.
- Agências formadoras não preparadas no assunto.
- Falta de consultores e técnicos multiplicadores capacitados.

3. Intra-estrutura precária. Por quê?

Intra-estrutura da propriedade com:

1. Acessos adequados à produção rural e não ao turismo.
2. Edificações rurais inadequadas à atividade turística.
3. Informalidade por parte do "empresário" rural nas questões de segurança, higiene e privacidade.

Política pública de melhoria da infra-estrutura básica pouco representativa no meio rural, gerando:

1. Eletrificação insuficiente.
2. Sinalização turística inexistente.
3. Segurança precária.
4. Falta de programas de saneamento ambiental rural.

4. Incentivos insuficientes ao turismo rural. Por quê?

- Linhas de crédito inadequadas à realidade.
- Desarticulação das instituições públicas e privadas.
- Ausência de critérios e normas que definam o segmento.
- Apoio de assistência técnica e consultoria deficiente.
- Falta de adequação de legislação ambiental, trabalhista e sanitária (vigilância) compatível com a realidade rural.

5. Informações/comunicação deficientes. Por quê?

- Falta de um banco de dados sobre o assunto.
- Inexistência de rede de informações.
- Conflitos na área do entretenimento.

Falta de uniformização da linguagem do turismo rural.

Informação dispersa e na mão de poucos.

6. Pouca articulação institucional. Por que?

- Desinformação do papel de cada setor.
- Desconfiança mútua entre governo e empresário rural.
- Falta tradição entre as instituições de desenvolver em parceria.
- Falta infra-estrutura gerencial de fomento.

7. Atividade do segmento não regulamentada. Por que?

- Falta identificação da atividade e tipologias.
- Faltam diretrizes governamentais para o turismo rural.
- Políticas educacionais inadequadas.
- Legislação divergente entre produção rural e turismo.

O objetivo principal seria:

Turismo no espaço rural, ordenado e fortalecido. Buscando:

Regulamentar as atividades do segmento.

Tornar eficientes informações e comunicações.

Articular ações institucionais.

Agilizar incentivos ao turismo rural.

Capacitar prestadores de serviços.

Motivar e envolver comunidades rurais.

Adequar infra-estrutura.

Como Obter Resultados?

1. Regulamentar as atividades do segmento!

- Realizar discussão com atores envolvidos.
- Realizar levantamento das diferentes legislações.
- Definir legislação adequada.
- Divulgar normas, critérios e legislação.

2. Tornar eficientes informações e comunicações!

- Buscar com os órgãos responsáveis a orientação.
- Fomentar a pesquisa para produção do conhecimento.
- Criar e disponibilizar rede de informação.
- Promover interação de ações de conhecimento.
- Ampliar número de eventos, visando à troca de experiências (metodologia adequada).

3. Articular ações institucionais!

- Promover eventos e discussões sobre o assunto.
- Estabelecer mecanismos para consolidação das parcerias.
- Criar estrutura gerencial de fomento (nacional, estadual e/ou municipal).

4. Agilizar incentivos ao turismo rural!

- Negociar crédito diferenciado com agentes financeiros.
- Difundir informações sobre linhas de crédito.
- Simplificar mecanismos para concessão de crédito.
- Definir critérios para alocação de recursos no financiamento da infra-estrutura do turismo rural.
- Oferta de assistência, orientação técnica e capacitação pelas agências e entidades de apoio.

5. Capacitar prestadores de serviços!

- Levantar necessidade de capacitação para técnicos, consultores, produtores e mão-de-obra básica.
- Elaborar programa de ação conjunta.
- Formatar conteúdos programáticos.
- Validar conteúdos propostos.
- Disponibilizar treinamentos.
- Orientar empreendedor sobre os instrumentos de marketing em relação à oferta e demanda.

6. Motivar e envolver comunidades rurais!

- Realizar eventos de sensibilização com instituições, técnicos e comunidade.

Estabelecer plano de metas para viabilização do programa de forma participativa.

Inserir a discussão sobre o turismo rural nos meios de comunicação de massa.

Apoiar organização das comunidades para o turismo rural.

7. Adequar infra-estrutura:

- Mapear, em nível regional, áreas com potencial para o turismo no espaço rural.
- Incentivar as propriedades rurais a oferecer qualidade.
- Identificar as tipologias de turismo no espaço rural.
- Identificar necessidades de infra-estrutura.
- Identificar as competências e responsabilidades.
- Agir perante os órgãos competentes para implantar a infra-estrutura pública.

Considerações sobre Aspectos do Ambiente Rural a Serem Explorados

O ambiente rural é constituído por ambientes naturais, que no estado de São Paulo representam em torno de 5% da área geográfica, enquanto a legislação florestal exige um mínimo de 20% de ambientes naturais clímax (os ambientes naturais primários, origem dos clímax, constituem os afloramentos de rocha ou áreas de sedimentos marinhos ainda não colonizados pela flora), e por ambientes agrícolas, com suas pastagens, lavouras, reflorestamentos e açudes ou represamentos de água. Considerando que os ambientes naturais clímax (vegetação natural, como pinheirais, florestas, cerrados e outros) e os ambientes urbanizados não somam mais que 30% do território nacional, exceto ainda na Amazônia, restam 70% de ambientes agrícolas, 60% dos quais constituídos por pastagens (e destes 70% mostram algum grau de degradação ambiental: solos, água, matas, mesoclima). Os ambientes rurais são hoje, no Brasil e em outros países tropicais, os maiores contribuintes para as mudanças climáticas e risco para a sobrevivência dos ambientes urbanos e dos ambientes naturais remanescentes, devendo, portanto, receber tratamentos mais carinhosos por parte da população urbana, mais politizada, para auxiliar a interromper o processo de degradação e iniciar o processo de reconstrução, para seu próprio benefício sócio-econômico futuro. Pode-se citar como problemas: 1) a impermeabilização do solo, evitando a

recarga dos aquíferos e dos lençóis freáticos, fonte de água para poços e nascentes (por isso consideradas áreas produtoras de água), e resultando em enchentes e atividades erosivas (encurtando o ciclo da água, o que é danoso), 2) as queimadas (geram calor, gases de efeito estufa e particulados e superfícies refletoras de calor, e contaminam as águas de chuvas com fosfato), 3) a destruição das matas (ambientes naturais clímax, que constituem infra-estrutura estratégica e vital para a moderação climática local, regional e mesmo global, com respeito à umidificação do ar e retirada de calor do ambiente), 4) o uso perdulário de solos e água pelo emprego de tecnologias agrícolas não conservadoras, 5) o uso inadequado de venenos e contaminantes, que contaminam solo, águas, ar e alimentos, e 6) a exclusão social.

O estabelecimento rural, localizado no ambiente rural, geralmente representa um módulo ambiental interessante e que poderá ser explorado no turismo rural, constituído por: 1) ambientes naturais clímax (matas ciliares, reservas legais, áreas de proteção de nascentes) e, por vezes, ambientes naturais primários (afloramento rochoso, inóspito para a vida, sem lençol freático, sem cadeia alimentar, sem solo permeável, sem água residente, sem biodiversidade, com grandes amplitudes térmicas, que aquecem facilmente, a partir do qual a natureza desenvolve os ambientes naturais clímax), 2) ambientes agrícolas (lavouras, pastagens, pomares e reflorestamentos) e 3) ambientes urbanizados (sede, colônia, agroindústria, estábulos, ordenhas, com produção de lixo e esgoto), sendo esses ambientes integrados por rede de drenagem e corpos de água, no âmbito de bacia hidrográfica. O manejo adequado dos ambientes agrícolas deveria considerar um meio-termo entre os dois referenciais de manejo: ambiente natural primário (indesejável, inóspito) e ambiente natural clímax (altamente hospitaleiro, com grande teia alimentar e oferta de alimentos e de água fresca, elevada umidade relativa do ar, atenuação térmica e pequena amplitude térmica). O uso inadequado da infra-estrutura dos ambientes agrícolas gera regressão ecológica, uma volta às rochas (ambiente natural primário, inerte, sem condições de vida). E a infra-estrutura ambiental estratégica para garantir a vida humana, e o sucesso de qualquer atividade agrícola, requer: reter ao máximo as chuvas na forma de água residente, em solos permeáveis, protegidos por vegetação permanente e diversificada. Solos desprotegidos compactam-se por ação das chuvas tropicais e iniciam o processo de regressão ecológica, colocando em risco a sobrevivência da espécie humana, que, confinada em cidades, necessita de saneamento básico, de água limpa, de alimentos saudáveis e de ambiente fresco e úmido, estes três últimos aspectos garantidos por ambientes agrícolas e naturais corretamente conduzidos e áreas verdes permanentes. E o turismo rural poderá contribuir educacional e economicamente para esse objetivo.

Bibliografia

- BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo. *Turismo rural na Bahia*. Disponível em: http://www.sct.ba.gov.br/turismo/turismo_rural.asp. Acesso em: out. 2004.
- CALHEIROS, F. *Conceitos e certificação no turismo do espaço rural*. Disponível em: http://www.center.pt/PT/encontro_oradores.php. Acesso em: janeiro 2005.
- CAMPANHOLA, C. *As novas perspectivas de rendas não-agrícolas para o meio rural brasileiro*. Disponível em: http://www.radiobras.gov.br/ct/artigos/1999/artigo_101299.htm. Publicado em: 10 dez. 1999.
- COSTA, J. H. *Análise inicial do turismo*. Disponível em: <http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/sinteseteorica.html>. Acesso em: jan. 2005a.
- _____. *Demanda, mercado, oferta e produto turístico*. Disponível em: <http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/sinteseteorica2.html>. Acesso em: janeiro 2005b.
- _____. *Segmentação quanto à motivação*. Disponível em: <http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/sinteseteorica3.html>. Acesso em: jan. 2005c.
- EUROPA. *Turismo para as zonas rurais*. Disponível em: <http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/biblio/touris/art02.htm>. Acesso em: jan. 2005.
- _____. *O turismo, uma oportunidade para as zonas rurais desfavorecidas?* Disponível em: <http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/biblio/touris/art02.htm>. Acesso em: jan. 2005.
- JESUS, G. M. *Turismo, lazer e natureza*. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/7/book/book2.htm>. Acesso em: jan. 2005.
- MENDES, V. *O turismo no espaço rural*. Disponível em: http://www.center.pt/PT/encontro_oradores.php. Acesso em: jan. 2005.
- PIRES, P. dos S. A dimensão conceitual do ecoturismo. *Turismo – Visão e Ação*, v. 1, n. 1, p. 75-91, 1998.
- PRIMAVESI, O.; PRIMAVESI, A. C. *Fundamentos ecológicos para o manejo efetivo do ambiente rural nos trópicos: educação ambiental e produtividade com qualidade ambiental*. São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2003. 84 p. (Embrapa Pecuária Sudeste, Documentos, 33).
- SILVA, J. G.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. *Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil*. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M.; FROELICH, J. M. (Ed.). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Santa Maria, RS: Centro Gráfico, 1998. p. 11-47.
- TORRES, M. *Promoção do turismo no espaço rural*. Disponível em: http://www.center.pt/PT/encontro_oradores.php. Acesso em: jan. 2005.
- UNESP. *Turismo*. Disponível em: <http://www.unesp.br/guia/turismo.php>. Acesso em: jan. 2005.
- ZIMMERMANN, A. *Turismo rural – um modelo brasileiro*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.
- ZIMMERMANN, A. *Turismo no espaço rural*. Disponível em: <http://zimmermann.com.br/turrural.htm>. Acesso em: out. 2004a.
- ZIMMERMANN, A. *Turismo no espaço rural e natural*. Disponível em: <http://zimmermann.com.br/espaco.htm>. Acesso em: out. 2004b.
- ZIMMERMANN, A. *Diagnóstico da atividade turística no espaço rural brasileiro*. Disponível em: <http://zimmermann.com.br/atividades.htm>. Acesso em: out. 2004c.